

## 12

**Ideologias, Valores e Educação**

Pedagogias dos séculos XIX e XX: reflexos na sociedade atual portuguesa

Carla Guerreiro, Luís Castanheiro

2638

Educação e Autonomização: acerca das ambiguidades de uma relação nem sempre linear e transparente

Manuel Barbosa

2659

A formação de educadores para a solidariedade

Geraldo Soares

2671

A influência da vivência de espiritualidade dos professores na relação professor-aluno, na ótica de professores do ensino médio de escolas públicas da cidade de Santos/SP.

Sônia Cristina de Almeida Santana e Santos

2684

Formação Profissional- Os Cursos de Educação e Formação de Adultos como Fator de Inclusão Social e Empregabilidade

Marisa Campos

2692

Contributos para a competência ética dos profissionais de odontologia do estado de Minas Gerais – Brasil

Ricardo Werneck, Maria Da Conceição Azevedo

2693

Construindo Valores a Partir dos Contos Infantis: na perspectiva de ressignificar os conceitos morais e éticos

Patricia Santos, Maria Lopes, Márcia Ferro

2705

## 13

**Juventude(s), Educação e Trabalho**

A importância social e educativa das bibliotecas populares em interface com o ato de ler.

Cesar Guerra

2714

A Problemática da Evasão Escolar nas Escolas de Ensino Técnico no Brasil

Celina Oliveira, Antônio Marques, Flávia Macedo

2721

Práticas de formação em contexto de trabalho no ensino profissional: reflexões a partir da perspectiva dos alunos

João Paulo Colaço, Sônia Morgado, Anabela Vitorino

2735

O Instituto Federal e a Formação do Técnico em agropecuária: contradições e Possibilidades em Projetos de Formação Profissional no Campo

Luciane Ferreira de Abreu

2744

Os Alunos da Escola Pública e a Inserção no Ensino superior: A Afrobrasilidade Presente nos Espaços de poder

Marluce de Souza Oliveira Lima, Marlene de Souza Oliveira, Joanna De Ângelis Lima Roberto, Ângela Ferreira

2755

## 14

**Metodologias e Ética de Pesquisa em Educação**

Confiança na escrita e Identidade de Autoria

Maria Ribeiro, António Bento

2767

Análise Paradigmática: um estudo sobre a Pesquisa Histórico-Cultural

Danielle Marafon

2778

O Professor Pesquisador e a Necessidade de parcerias: cooperação entre Instituições de Ensino Superior e a Iniciativa Privada

Eli Lopes Da Silva

2788

Da investigação ao projeto, do projeto à investigação

Maria Teresa Jacinto Sarmento Pereira, Maria Martins

2798

Arquitetura e Educação, um estudo etnográfico sobre o ambiente construído

Ana Rute Costa

2799

De Personajes a Personas: Una mirada ético-epistemológica de la Investigación en Educación

Luis Guillermo Jaramillo Echeverri

2801

O significado da Investigação por questionário

João Martinez

2809

A investigação como pedagogia na formação inicial em enfermagem e no ensino

Rita Sousa, Amélia Lopes

2817

## 15

**Pedagogia Social e Desenvolvimento Comunitário**

Políticas Públicas de educação e Formação de Adultos: contribuições ao diálogo sobre desafios e perspectivas

Márcia Regina Barbosa

2821

O Movimento associativo de pais e as Dimensões Educativas da Participação nas Associações

Isabel Oliveira, Teresa Medina

2822

Lar Residencial: uma resposta urgente para a população idosa da Alta de Coimbra

Sandra Cristina Brito de Freitas

2834

A Educação e Formação de Adultos em Portugal e no Brasil. Um olhar aproximativo a partir da actualidade

Márcia Regina Barbosa

2835

Educação bancária versus educação libertadora: abordagem freiriana numa perspectiva social para educação brasileira

Gilcélia Pires, Armando Loureiro

2836

A Educação Não Escolar em Portugal. Perspetiva a partir do Ensino Doméstico

Álvaro Ribeiro

2849

## **Pedagogias dos séculos XIX e XX: reflexos na sociedade atual portuguesa**

**Carla Alexandra Ferreira do Espírito Santo Guerreiro, Luís Manuel Pinto Castanheira**

Departamento de Português do Instituto Politécnico de Bragança, Departamento de Supervisão da Prática Pedagógica, Instituto Politécnico de Bragança

Escola Superior de Educação, Bragança, [eseb@ipb.pt](mailto:eseb@ipb.pt)

### Resumo:

Refletiremos sobre como determinados valores e ideologias se repercutem no sistema educativo e na sociedade portuguesa atual. Para tal faremos uma abordagem diacrónica, em que evidenciaremos figuras que marcaram a história da educação em Portugal, nos séculos XIX e XX. A forte influência da Escola Nova fez-se sentir em Portugal durante toda a 1.<sup>a</sup> República e mesmo durante o período do Estado Novo. Os ideais dos seus principais precursores mantiveram-se sempre no horizonte, até aos nossos dias. (Destacaremos: João de Deus Ramos) e Pedagogos como Dewey, Décroly, Ferrière, Freinet, Vygotsky, Bruner e Piaget, entre outros.

### **Título de secção (Times New Roman 12, negrito, numerado, alinhado à esquerda)**

Texto da comunicação para apresentar em formato ORAL.

O texto deve ser escrito em Times New Roman 12, alinhamento justificado, espaço simples entre as linhas. Texto com um máximo de **30.000** caracteres.

### **I-Pedagogos do séc. XIX**

A Educação tornou-se, em finais do século XIX, um dos temas dominantes do discurso de políticos, intelectuais e pedagogos. No ambiente pessimista finissecular, as preocupações em torno da decadência portuguesa eram pautadas por ideários de regeneração que assentavam no conceito de Homem Novo, enfatizando-se a ideia da valorização do Ensino e da Educação como instrumentos decisivos na sua formação.

À entrada no novo século (XX), uma revolução de mentalidades estava em vias de acontecer, razão pela qual, veio a ser designado como o século da Criança. Era preciso construir uma sociedade, mais culta, mais alfabetizada, em que os valores do respeito pelo outro se destacassem. A forte influência da Escola Nova fez-se sentir em Portugal durante toda a 1.<sup>a</sup> República e mesmo durante o período do Estado Novo, continuando

os seus percursos a serem revisitados, na atualidade, pelos diversos agentes educativos.

### **1.1 João de Deus Ramos: o conciliador entre continuidade e inovação**

João de Deus Ramos, o terceiro filho do poeta pedagogo João de Deus e da professora Guilhermina Battaglia, nasceu a 6/4/1878 e foi criado num ambiente familiar marcado por valores humanistas de cultura e empenhamento cívico. Cedo começou a conviver com figuras destacadas das Letras e da Cultura que frequentavam o círculo dos seus pais, centrado à volta do estudo e da discussão da *Cartilha Maternal* e das técnicas de leitura e escrita das primeiras letras.

Órfão de pai aos dezassete anos, —assume a chefia da família e prepara-se para continuar a missão ideal que assumira o Poeta-educador: cuidar da educação do povo e da criança portuguesa. (*Associação dos Jardins- Escolas João de Deus*, s./d.: 1)

Um ano depois, em 1897, iniciou os estudos na Universidade de Coimbra, onde entre 1897 e 1902 cursará Direito. É aí que conhece aquele que viria a ser o seu companheiro dileto na longa e empenhada luta cívica em prol da Educação e da Instrução populares, João de Barros, tendo ambos pertencido à mesma república. Com efeito, João de Deus Ramos não dará uso ao curso de leis, enveredando por outro rumo, que terá por objetivo principal a construção do Homem Novo que se proclama com o advento da 1.ª República.

Tendo vivido e crescido num ambiente familiar compreensivo e de total respeito pela Infância, tendo presenciado o entusiasmo com que os seus pais se tinham empenhado na alfabetização das crianças e dos adultos e na formação para lecionar pelo seu método, Ramos herdou, deste ambiente familiar, todos os elementos para continuar a missão educativa iniciada pelo seu pai: instruir o povo e preparar professores para um Ensino que posteriormente se desdobrou em diferentes atividades.

A vida e obra de João de Deus Ramos e de seu pai devem ser encaradas em inter-relação (Raposo, 1985: 5). “Entre muitas qualidades, herdadas do seu pai, manifestava um elevado amor pela infância e um profundo idealismo educativo, consagrando-se de forma mais intensa à missão nobilíssima de instruir” (Raposo, 1985: 6).

Os objetivos de cidadania a que João de Deus Ramos se propôs e os meios para os concretizar marcarão um percurso repartido por três linhas de atuação:

1.ª- a ação política, propriamente dita, desenvolvida no quadro da militância republicana que incluiu o desempenho de relevantes cargos políticos; 2.ª- a ação cívica, em prol da elevação do povo, através de escritos (livros e artigos na imprensa e de conferências) e 3.ª- a ação pedagógica, em torno da *Cartilha Maternal* e do Método João de Deus, da concretização do projeto das Escolas-Móveis, da criação do modelo português dos Jardins-Escola e da fundação de uma Escola Nova portuguesa (o Bairro Escolar do Estoril) (Nóvoa, 2003: 1151).

João de Deus Ramos morreu a 15/11/1953, com setenta e cinco anos de idade, depois de se ter dedicado durante 52 anos à Educação, sempre acompanhado de um espírito renovador: renovar a Sociedade, a Política, a Cultura e a Economia, através da Educação. Foram, como veremos, anos difíceis, que Ramos conseguiu marcar com o signo da mudança e só serão devidamente compreendidos se os integramos no contexto político e educativo da época.

### **1.2 Ação Política e Cívica**

O empenhamento político de João de Deus Ramos, apoiado numa atitude de responsabilidade cívica, resulta da necessidade da consecução do objetivo que perseguia: a promoção cultural do povo. A sua opção pela causa republicana é compreensível à luz do contexto político, social e cultural que marcou o final do século XVIII, de que sobressaem as crises política e económica, numa sociedade marcada por um profundo atraso educativo e cultural. (82,4% da população portuguesa era analfabeta em 1878) (Carvalho, 1986: 614). Este conjunto de fatores conduziria a uma grave crise de identidade nacional que afetaria o país, em geral, e o regime monárquico, em particular, dando alento aos ideais redentores defendidos pelo republicanismo.

É neste ambiente que se forma a sua personalidade e carácter cívico, que o levarão à opção pela intervenção política e social e em que adere aos ideais republicanos, pelos quais se baterá, assumindo cargos públicos de destaque.

Já integrado no âmbito da *Associação de Escolas Móveis pelo Método de João de Deus*, realizou várias conferências por todo o país sobre o método do seu pai. Promoveu, ainda, conferências relacionadas com o Ensino Primário, o analfabetismo, a legislação escolar e a Criança, algumas das quais tiveram lugar no Museu João de Deus.

Além de conferencista, foi diretor da 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> séries da revista: *A Instrução do Povo*, escrevendo alguns artigos e recensões críticas.

Logo após a implantação da República, foi Chefe da Repartição Pedagógica, demitindo-se a 17/3/1911, por não poder suportar a incoerência da política educativa do Estado.

Ramos trata desta situação num livro que posteriormente escreveu, em parceria com João de Barros.

Em 1913, foi deputado por Lamego e, em 1915, por Alcobaça, tendo feito algumas intervenções, em especial na sessão de 29/8/1915 na Câmara de Deputados sobre a Lei Orçamental do Ministério da Instrução Pública de então.

Neste discurso criticou a lei referida que propunha que não se estabelecessem escolas móveis onde já existissem escolas fixas e, depois de apresentar as diferenças dos objetivos de uma e outra escola, salientou que as escolas móveis tinham como finalidade desenvolver a economia, a sociedade e a política, através da alfabetização de adultos e crianças.

No seu livro: *O Estado Mestre-Escola*, diz a este propósito:

A criação do Ministério da Instrução Pública, tendo arredado os respetivos serviços burocráticos da superintendência do Ministério do Interior, não trouxe nenhuma vantagem (...) Que era pois indispensável fazer-se? Transformar o ministério da instrução em Ministério da Educação Nacional. Mudança de rótulo, apenas? Não. Era preciso alargar a jurisdição do Ministério. Além dos estabelecimentos de ensino que lhe estão subordinados, deviam pertencer-lhes também os institutos de assistência pública, designadamente aqueles onde se ministra qualquer espécie de educação (...) (Ramos, 1924: 17).

Para além de parlamentar, João Ramos foi também Governador Civil do distrito da Guarda, em 1912, e do distrito de Coimbra, em 1913. Em 1920 foi Ministro da Instrução Pública e em 1925, Ministro do Trabalho. Como Ministro da Instrução Pública, propôs uma nova reforma educativa, mas a sua ideia não chegou a concretizar-se, como ele mesmo o haveria de confirmar, quatro anos depois, no seu livro: *O Estado, Mestre-Escola*, quando reescreve parte de uma entrevista concedida, em Novembro de 1920, ao jornal *O Século*, depois de ter deixado o governo de que fez parte.

Mostrando-se profundamente desiludido com as reformas educativas, pela sua falta de organização e coerência, afirmava: —Nenhuma, porém até hoje obedeceu a um plano de conjunto que tivesse por base essencial o estudo das qualidades próprias, bem definidas, e as condições históricas, bem demarcadas do povo português (Raposo, *op. cit.*: 6).

Nas atividades de cariz político e cívico, como noutras, esteve sempre presente em Deus Ramos a preocupação com o povo e com a Criança. Em relação ao povo, para além da preocupação alfabetizadora, regulamentou a emigração, fez obras nos hospitais e uma campanha de proteção à indústria vidreira, então em crise para ajudar os operários. A preocupação pela Criança esteve sempre presente nas suas atividades. Achava necessário afastá-la de determinados meios pouco adequados a proporcionar-lhe um adequado desenvolvimento biológico, psíquico e moral (Chá-Chá, 2009: 126).

Ramos redigiu algumas obras, mas sobre a sua prática pedagógica escreveu pouco. Em 1901, publicou o *Guia da Cartilha Maternal: Prático ou Teórico ou Arte de Leitura*, pela Imprensa da Universidade de Coimbra. O Pedagogo dedicou esta obra à *Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus*, o que permite verificar o seu empenho na *Associação*. A parte prática contém as lições da *Cartilha Maternal*, completada pelas cartas de João de Deus a Henrique Neves - editadas no jornal *Novidades*, de Março a Julho de 1879. Na parte teórica, faz uma exposição sobre a originalidade e o espírito da *Cartilha Maternal*, que não é mais que uma assimilação de textos dispersos em algumas obras: *Cartilha Maternal*, *Cartilha Maternal e o Apostolado*, *Cartilha Maternal e a Crítica e Prosas*.

Em 1902, editou *Os Altos Princípios do Método de João de Deus*, em Coimbra, na Imprensa da Universidade. No preâmbulo deste livro, após uma referência a seu pai, como poeta, fala da *Cartilha Maternal*, dizendo que foi a obra mais querida do seu progenitor. Refere ainda as polémicas egoístas dos falsos apóstolos, que segundo ele eram mais acentuadas na defesa das suas ideias pedagógicas do que em verdadeiros interesses educativos.

Consequentemente, a *Cartilha Maternal*, que tinha sido oficializada e aclamada publicamente foi excluída do Ensino Oficial, um mês antes da morte de João de Deus e, segundo Deus Ramos, foi essa a causa da sua morte: Ramos mostra-se decidido a lutar pela mesma causa, afirmando: “As suas grandes obras é que não morreram; não podem morrer...porque são a verdade e como ele dizia, ainda que se possa abafar, não se extingue!” (Ramos, 1902: VIII-XIII).

Ramos acrescenta que, embora a obra literária de seu pai tenha sido excluída do Ensino Oficial, ela continua a ser a preferida no Ensino Primário. Como tal, o principal objetivo desta obra de Ramos é afirmar os objetivos da educação que mais racional e prontamente podem e devem fazer com que desapareça o analfabetismo em Portugal. (Ramos, *op. cit.*: XV). O autor expõe, na obra atrás referida, os objetivos gerais do método do seu pai, que resumimos nos dois pontos seguintes:

1.º- O ensino da leitura deve ser absolutamente lógico e racional;

2.º- A lei fundamental da verdadeira *Arte da Leitura* é a análise da fala, aplicada à ortografia.

Em 1905, como Diretor da revista *Instrução do Povo* escreveu: *O Grande Marquês de Pombal - a favor do monumento e Proposta de Lei*. Um ano depois escreve: —*Um projecto de Lei - As Escolas Móveis subsidiadas pelo Estado*.

Em 1909, publicou na imprensa da Universidade de Coimbra: *Prosódia Portuguesa*. Este livro consiste num estudo das regras e dos valores da linguagem falada e da sua relação com a linguagem escrita. Portanto, é uma sistematização do

pensamento de João de Deus e, em nosso entender, uma atualização das regras da língua portuguesa que já antevira o seu pai.

Em 1911, João de Deus Ramos, trouxe à estampa, juntamente com João Barros, *A Reforma da Instrução Primária*. Como anteriormente vimos, Ramos foi Chefe da *Repartição Pedagógica* e enquanto desempenhou este cargo foi convidado pelo Ministro do Interior, António José de Almeida, para, com João de Barros, o então Diretor da Instrução Primária, redigirem o Projeto de Reforma da Instrução Primária.

Este projeto foi elaborado com a colaboração de três ex-diretores das Escolas Normais (um de Lisboa, um do Porto e um de Coimbra) e dois inspetores (um da Primeira e outro da Terceira Circunscrição Escolar) e foi entregue ao Ministro do Interior. Este tinha garantido que o projeto seria apresentado ao Conselho de Ministros, tal como havia sido concebido, com exceção dos artigos relacionados com a descentralização administrativa. No entanto, o Decreto de 29/3/1911 publicou a Reforma do Ensino Primário, adulterando o texto original.

Perante este facto, Ramos e Barros sentem-se ofendidos, demitem-se do seu encargo e escrevem o livro: *Sobre a Reforma da Instrução Primária*, como uma necessidade de esclarecer a opinião pública sobre o que se tinha passado.

A Educação em Portugal perdia, deste modo, mais uma oportunidade, pois o projeto apresentado era inovador e vinha ao encontro dos problemas existentes no Ensino, que exigiam soluções urgentes.

Em 1915, escreveu: *A Reforma do Ensino Normal - O Projecto de Lei. Discursos e Pareceres na Câmara dos Deputados*. Em 1920, em colaboração com o escritor Philéas Lebesgue, fez uma adaptação da *Cartilha Maternal* ao francês intitulada: *A, B, C maternelle- art de lecture*.

Em 1924, publicou também: *O Estado Mestre-escola e a Necessidade das Escolas Primárias Superiores*.

Este tema já havia sido exposto em duas conferências: uma no dia 8 de Abril de 1924, em Lisboa, na sede da sociedade de Geografia e outra no dia 18 de Maio do mesmo ano, na Universidade Livre. Diz Ramos que publicou o tema das conferências porque nele — põe de pé e em ordem, algumas ideias úteis à solução do problema educativo português (Cf. Ramos, 1924).

Para Ramos, o problema educativo português era uma consequência das reformas educativas feitas até então. Por mais que se tentasse, ao longo da história, reparar erros educativos, essas retificações não tinham sido adequadas aos verdadeiros problemas da sociedade, porque nenhuma reforma até então obedecera a um plano conjunto que tivesse por base essencial o estudo das qualidades próprias, bem definidas e das condições históricas, bem demarcadas do povo português.

Segundo ele, o progresso do país dependia essencialmente dos programas e da organização escolar, da preparação dos professores, dos métodos e sistemas de ensino. Como tal, o Estado devia organizar e generalizar o Ensino Oficial e intervir diretamente. Ora, em seu entender, para formar uma democracia implantada pela República era fundamental organizar as escolas primárias, não só com o Ensino Elementar e o Secundário, mas também com o Ensino Primário Superior, entre um e outro. Isto é, na sua perspectiva, devia existir entre o **Ensino Primário Elementar** e o **Secundário**, o **Ensino Primário Superior**. Este devia ter como objetivo proporcionar a todos os cidadãos, sem exceção de nenhum, uma cultura rudimentar em letras e ciências. (Cf. Chá-Chá, *op. cit.*: 131).

Em 1940, trouxe à estampa: *O Analfabetismo nas Beiras*, tema que tinha sido apresentado no ano anterior ao *VII Congresso Beirão*. Neste texto, Ramos faz uma

análise histórica do ensino em Portugal, desde a primeira iniciativa de ensino das primeiras letras.

A primeira aula pública que houve em Portugal foi inaugurada em 11 de Janeiro, de 1269 por D. Frei Estevão Martins, junto ao Mosteiro de Alcobaça para o ensino das primeiras letras, gramática, lógica e teologia para quem lá quisesse aprender - até à criação da escola oficial em 1772 e depois até aos anos quarenta do século XX (Ramos, 1940: 3).

Tendo por referência a fundação da primeira escola (1269), Ramos afirmava que a cultura portuguesa, ao longo daqueles 680 anos, tinha caminhado com muita lentidão “porque o Estado, em vez de tomar consciência da realidade, tem enveredado por iniciativas utópicas, fazendo reformas —sem prévia organização construtiva, tornando-se precário na sua aplicação por não haver escolas, nem professores em número suficiente, nem dinheiro para lhes pagar” (Ramos, *op. cit.*: 3-4).

Foi assim que, segundo sua opinião, o analfabetismo não se extinguiu em Portugal, em especial nas Beiras e noutras regiões do interior e o progresso do país era rudimentar, devido a um investimento educativo não realista. Para Ramos, o desenvolvimento e o progresso do país dependiam da Educação e, como tal, era necessário saber investir, tendo presente que os problemas da sociedade não se resolviam de outra forma.

Como consequência, em 1930, 67,5% da população portuguesa era iletrada e nos distritos das Beiras (sobre os quais este seu estudo se debruça em particular) a taxa de analfabetismo subia até aos 80,1%, sabendo ler, apenas, uma terça parte da população.

Como republicano que era, Deus Ramos concebia a alfabetização como a base primordial para elevar o nível cultural e mental do povo. Ao valorizar o homem, acreditava que se fomentava, simultaneamente, a economia do país, porque a indústria exigia cada vez mais do operário que fosse um trabalhador esclarecido. À imagem do seu pai, considerava que saber ler constituía a forma mais eficaz de comunicabilidade e dignificação do homem.

Para Ramos, a preparação e cultura geral de quem ensina não podem ser escassamente rudimentares; é que a organização da Escola Primária da sua época era muito defeituosa, sendo os seus principais erros atribuir a um só professor a leção de quatro classes, muitas vezes com mais de trinta alunos. Para solução destes problemas propôs ao Ministro da Educação Nacional as seguintes soluções:

1.<sup>a</sup> que os postos escolares sejam cuidadosamente instalados, com verdadeiras escolas elementares (...)

2.<sup>a</sup> que a regência respectiva seja entregue a professores diplomados(...) além da prévia habilitação pedagógica.

3.<sup>a</sup> que aos regentes da escola seja atribuída uma remuneração condigna, nunca inferior a quatrocentos e cinquenta escudos mensais (Ramos, *apud* Chá-Chá, *op. cit.*: 132).

Em 25/2/1939 fez uma conferência, no Porto, em defesa da educação infantil a convite da *Liga Portuguesa de Profilaxia Social*. O tema desenvolvido foi: *A Criança em Portugal antes da Escola Primária*, que em 1940, haveria de ser publicada em livro pela Bertrand. Esta obra, embora pequena em tamanho, é um documento de grande

valor porque nele encontramos parte do seu pensamento pedagógico acerca dos Jardins-escola.

Nela, após uma reflexão sobre a lamentável situação da Infância portuguesa, muito ignorada e sem um ambiente educativo próprio, na fase mais delicada da sua vida, o autor faz referência a alguns pedagogos, como Pestalozzi, Fröbel, Décroly, Montessori, Claparède, Lombardo, Radice e William James. Esta primeira parte do livro prova a sua vasta cultura pedagógica e a sua simpatia por estes autores.

Contudo o modelo de Jardim-escola preconizado por Deus Ramos é uma aplicação do espírito e da doutrina da *Cartilha Maternal* para crianças dos quatro aos oito anos de idade, não desprezando outros métodos e processos adaptáveis à realidade portuguesa.

Em 1948, a Bertrand edita a sua obra: *O Livro da Capa Verde para Gente Moça, Seleta Infantil*, escrita em parceria com Jaime Lopes Dias. Esta publicação consiste numa seleção de textos de autores portugueses, sobre temas relacionados com feitos heroicos dos portugueses. Citaremos alguns títulos: A “Padeira de Aljubarrota”, “Os Lusíadas”, “Camões”, entre outros.

Para além das obras e intervenções escritas, atrás mencionadas, Ramos foi também colaborador de alguns jornais e revistas de Educação. Escreveu esporadicamente nos jornais: *O Académico Figueirense: Mensário Educativo, Instrutivo e Recreativo* 152, *O Amigo da Infância: Amigo da Verdade e da Infância* 153 e nas revistas: *A Higiene Popular* 154 e *A Escola Nova* 155.

A sua participação nesta última publicação é mais uma prova do interesse deste pedagogo pelo movimento da *Escola Nova*, então vigente em Portugal.

### 1.3- Ação Pedagógica

A publicação das primeiras estatísticas de Educação na década de 70 do século XIX, o *Anuário Estatístico do Reino de Portugal*, pôs a nu o panorama educativo, suscitando críticas e preocupações, no sentido de alterar a situação vigente.

Casimiro Freire, associado a outros correligionários políticos e beneméritos, inspirado na tentativa nórdica das escolas itinerantes, tomou a iniciativa de criar, em 1882, a *Associação das Escolas Móveis*, um empreendimento privado que visava combater o analfabetismo e compensar a ineficiência das instituições monárquicas, usando como instrumento didático a *Cartilha Maternal* de João de Deus. João de Deus Ramos uniu-se a este esforço filantrópico e educativo e, juntamente com João de Barros, promoveu a criação de mais algumas escolas móveis.

Ramos apercebeu-se, no entanto, das suas limitações, pois estas escolas não só não conseguiam alcançar o objetivo da rápida redução de analfabetismo, como também não proporcionavam o aprofundamento educativo desejado. Segundo ele, não bastava ensinar a ler e a escrever, era também preciso educar. Desta forma, em 1907, alterou os estatutos da *Associação de Escolas Móveis*, acrescentando-lhes a missão de promover a Educação infantil, através da criação de *Escolas-Maternais* e, no ano seguinte, esta associação passou a designar-se por *Associação de Escolas Móveis pelo Método de João de Deus – Bibliotecas Ambulantes e Jardins-escolas*.

João de Deus Ramos propôs-se fazer assentar no método de leitura paterno uma intervenção educativa global, tanto junto dos adultos, como da Primeira Infância, criando, então os Jardins-escola, intervenção educativa que era complementada, do ponto de vista cultural, pelas Bibliotecas Ambulantes, que se apresentavam como instrumentos de promoção de cultura junto aos novos alfabetizados.

A 8/11/1908, foi eleita uma Comissão Auxiliar das Escolas Móveis, em Coimbra, e, a 21 desse mês, esta reuniu e apresentou, à Câmara Municipal da mesma cidade, o projeto de construção do primeiro Jardim - escola, da autoria do arquiteto Raúl Lino, para obter a sua aprovação e a concessão do terreno para construção, que viria a ser cedido gratuitamente pela Câmara (Cf. Gomes, 1977:51).

A par da cedência do terreno, várias entidades contribuíram entusiasticamente na angariação de fundos para a construção do primeiro jardim-escola, e de um modo especial o *Orfeão Académico de Coimbra*, que realizou vários saraus, sob a iniciativa de António Joyce e de Isidro Aranha, por várias cidades do país.

A 7/4/1909, Casimiro Freire reitera a importância do *Método de João de Deus* e da necessidade de criar escolas-maternais, ou jardins-escola, baseadas no seu método e, dois meses depois, a 2/6/1909, a Assembleia Geral da *Associação de Escolas Móveis pelo Método de João de Deus* elegia uma Comissão de propaganda dos jardins-escola.

A partir daí, começa a sentir-se a necessidade de dar carácter mais fixo, mais amplo e mais perdurável à obra de Instrução levada a cabo e, em 1911, João de Deus Ramos funda em Coimbra, o primeiro jardim-escola João de Deus.

A inauguração do primeiro jardim-escola foi um acontecimento de bastante relevo para a pedagogia nacional e para a sociedade, que o acolheu de forma entusiástica. João de Barros, amigo dileto de Ramos, escreveu um artigo sobre a sua inauguração e, através dele, temos a notícia da importância deste acontecimento:

Mas o que mais me impressionou nesse dia foi o acolhimento de entusiasmo que o Jardim-escola teve por parte do povo, para quem ele se construiu, do povo que sabe e sente, que a ideia fundamental que presidira à fundação daquela casa fora simplesmente esta: dar às classes populares, as únicas ainda sadias e fortes no país, educando-lhes os filhos, mais uma possibilidade de ressurgimento e de progresso (...) ela é uma tentativa absolutamente nova, absolutamente original; e o seu nome, inédito na terminologia pedagógica, logo o indica. Já não são simplesmente as velhas salas de asilo, que nos fazem esquecer a Escola de Coimbra; mas os próprios Jardins-de-Infância da Suíça, onde a educação é tão bem orientada, tão apropriada ao espírito infantil (...) João de Deus Ramos (...) foi verdadeiramente um criador, pela primeira vez em Portugal, temos uma escola infantil, digna desse nome, e melhor, pela orientação que exemplifica e realiza, do que as escolas estrangeiras do mesmo grau (Rodrigues e Martins, 2010).

Este excerto permite-nos verificar que a inauguração deste jardim-escola deu um novo alento às classes populares que ainda tinham os seus filhos sem uma escola infantil. Além do mais, esta escola é nova, original e genuinamente portuguesa.

Este primeiro jardim, no primeiro ano de funcionamento, só esteve aberto três meses, de Abril, até Julho, com o —objetivo de proporcionar a primeira experiência do novo ensino, que, desde logo se mostrou excepcional (Raposo, *op. cit.*: 17).

Nele seria construído um Jardim-escola João de Deus e o Museu João de Deus que perduraram até aos nossos dias.

Para esta realização, Ramos inspirou-se nos princípios pedagógicos do seu pai, o que justifica a designação: *Jardins-escola João de Deus*.

A fundação do primeiro jardim-escola deu à *Associação* como que um novo rumo, pelo êxito adquirido. Com o sucesso obtido com a sua fundação, a *Associação de Escolas Móveis* estava, cada vez mais, decidida a instituir jardins-escola, o que, aliás constituiu já a concretização de um dos seus objetivos.

Em 15/12/1912, foi promulgada uma carta de lei que concedia gratuitamente à *Associação das Escolas Móveis*, um terreno em Lisboa, com 5100 metros quadrados, na Avenida Álvares Cabral, tendo-se obtido a posse deste dois meses depois, a 6/7/1912.<sup>157</sup>

Em Outubro de 1914, foi inaugurado o jardim-escola da Figueira da Foz: construído a expensas da Misericórdia, por iniciativa do seu Provedor, o Visconde da Marinha Grande, a qual era proprietária do terreno e do edifício. Porém, a decoração e as instalações (aspetos muito importantes para Ramos, foram custeados pela *Associação*, que depois também tomou a seu cargo a sua manutenção e funcionamento. (Chá-Chá, *op. cit.*: 138).

Dois meses depois, foi inaugurado um outro jardim-escola, em Alcobaça. O terreno foi cedido pela Junta de Freguesia, por iniciativa do deputado Afonso Ferreira, que contribuiu, quase na íntegra, com a verba necessária para a construção.

Entretanto, as obras do quarto jardim-de-infância, na Avenida Álvares Cabral, iam para a frente, uma vez que a *Associação* tinha o terreno oferecido pelo Estado (pela lei de 15/5/1912). Este jardim-escola e o *Museu João de Deus* constituem, no seu conjunto, a realização de uma escola-monumento, à qual estavam associados alguns dos maiores vultos da arte e cultura da época, como, por exemplo: João de Barros, Raúl Lino, Afonso Lopes Vieira, entre outros.

Ambos os edifícios foram construídos com fundos da *Associação*, legados, etc. A inauguração deste jardim quarta realização e primeira na capital foi em julho de 1915 e é visto como uma promessa nova, semelhante à de João de Deus há quarenta anos (Chá-Chá, *op. cit.*: 145).

Em Dezembro de 1917, a *Associação* solicitou, de novo, à Câmara Municipal de Lisboa que lhe fosse concedido terreno para construir um jardim-escola próximo do Jardim de Alcântara, já que não podia ser no próprio jardim, mas em vão, apesar de Lisboa ter apenas um Jardim e precisar, no entender da *Associação* precisar pelo menos de cem (Gomes, *apud* Chá-Chá, *op. cit.*: 146).

Também nesta altura, a realização de projetos educativos tornava-se difícil, não nos esqueçamos que estamos na Primeira República, a seis anos da sua implantação, que prometera investir na Educação para o progresso do país, mas nada foi concretizado.

Entretanto, a *Associação* e Deus Ramos teriam de esperar pelo *Estado Novo* para fundar outro jardim-escola, não em Lisboa, como pretendiam, mas sim em Alhadadas, tendo começado a funcionar em Novembro de 1927. O edifício pertencia à *Associação de Instrução Popular da Figueira da Foz* e foi construído por um testamento de um benemérito da localidade que quis doar o terreno.

Após nove anos, foram construídos outros dois jardins-escola, um em Leiria, outro em Castelo Branco. Ambos inaugurados em 1936.

Passados vinte e cinco anos da sua existência, a *Associação* só conseguiu pôr em funcionamento sete Jardins-escola, o que, apesar de ser já uma obra relevante não coincidia com os objetivos da *Associação dos Jardins-escolas*.

Uma proposta de lei de 1937 extinguiu o Ensino Infantil do Ensino Oficial, afirmando que era dever do Estado. Essa proposta de lei reconhecia as vantagens e até a necessidade da Educação Infantil e, apesar disso, as escolas infantis foram extintas.

E foram-no fundamentalmente por dois motivos: em primeiro lugar, porque, como o mostram os dados estatísticos (...) o ensino infantil, atingindo menos de 1% das crianças em idade de escolaridade infantil, não passava de uma «ficção» e porque transformá-lo em realidade que atingisse toda a população infantil, «como seria justo» seria um encargo inoportuno para o erário público (Gomes, 1977: 93-94).

Em Maio de 1943, foi inaugurado o 8.º jardim-escola, em Viseu, que graças à iniciativa e empenho do Coronel Armindo Girão. Em 10/2/1946, a Assembleia Geral da *Associação das Escolas Móveis e Jardins-escolas João de Deus* aprovou novos estatutos, passando a chamar-se *Associação de Jardins-Escolas João de Deus* e assumindo como objetivo prioritário:

Fundar, dirigir e manter Jardins-Escolas, com o objetivo principal de realizar e generalizar um modelo português de escola infantil, segundo o espírito e a doutrina da *Cartilha Maternal* para abrigo, educação e ensino de crianças de ambos os sexos, desde quatro a oito anos de idade (Gomes, *op. cit.*: 96).

Respondendo a esta necessidade, a *Associação* encontrou em Mortágua um benemérito que, além de doar o terreno para a construção do edifício, ofereceu também uma quinta no terreno circundante e custeou, com o auxílio do Estado, a sua construção. Este jardim foi inaugurado em Janeiro de 1948. Um mês mais tarde foi inaugurado outro, em Chaves, iniciativa local e sob o estímulo de Artur de Carvalho, reitor do liceu flaviense. Contudo não começou a funcionar num edifício apropriado porque as suas instalações exigiam (como já vimos em momento anterior) —um traçado arquitetónico próprio (que) facultará a todo o movimento escolar (Jardins- Escolas João de Deus, 1956: 29).

Em Fevereiro de 1951, foi inaugurado no Porto o 11º jardim-escola. A sua realização deveu-se à *Liga Portuguesa de Profilaxia Social*, presidida por Emídio António Magalhães e Gil da Costa. Devido às suas instalações foi considerado um dos melhores e mais amplos edifícios da *Associação*.

Após esta descrição de onze jardins-escola, postos em funcionamento ao longo de 42 anos, acrescentamos que até 1953, não foi inaugurado mais nenhum. Também admitimos que os jardins-escola da *Associação* não teriam tido o êxito que tiveram em Portugal se não fosse o espírito de cooperação social, que fomos referindo.

Embora os jardins não tivessem parado de aumentar, esta quantidade não satisfazia Deus Ramos, tendo em conta que existiam ainda tantas crianças abandonadas.

Não é por acaso que Ramos se questionava :

Como pelas ruas das cidades, pelas estradas da província, pelos caminhos dos montes e das aldeias, a criança portuguesa continua sem o abrigo e sem a assistência espiritual que devia ter, mais se impõe a criação e generalização da escola infantil (dos Jardins-escola principalmente nos meios mais populosos.

Mas quem se opõe? (...)

A rotina, a famosa rotina, o mesmo espírito de conservantismo sedição que emperrou a generalização da escola popular até à época dos enciclopedistas (Ramos, 1940: 22).

Com base neste excerto podemos facilmente concluir que os jardins-escola não se expandiram, nem foram de fácil concretização, fundamentalmente porque havia no nosso país, uma aversão à novidade, idêntica à sentida relativamente ao Ensino Popular, até fins do século XVIII, e estávamos já no século XX.

Com efeito, não foi fácil para Deus Ramos fazer triunfar as suas ideias, pois elas encontraram um ambiente de grande instabilidade política. Embora o seu ideal fosse ver jardins-escola implantados por todo o país, à data da sua morte, a 15/11/1953, só tinha conseguido abrir onze. Mas, nem por isso a sua obra é menos digna de reconhecimento e apreço.

A realização deste projeto viria a constituir um dos raros exemplos bem sucedidos no campo da educação infantil, com continuidade até aos nossos dias, em que atinge mais de trinta unidades escolares. Mas a sua importância ultrapassa a dimensão quantitativa e a longevidade, “relevando do facto de se ter tratado da criação do modelo português de escola pré-primária, em que pela primeira vez se vai dar atenção a todos os aspectos pedagógicos, alguns deles intimamente relacionados com a fisionomia arquitectónica (...) (luz doseada, decoração sóbria, ausência de corredores, etc...)” (Nóvoa, *op. cit.*: 114).

De acordo com os seus princípios pedagógicos, Deus Ramos afirmava que os jardins-escola deviam estar abertos a todas as crianças, ter um ambiente acolhedor, ter capacidade inovadora e respeitar os valores da cultura portuguesa para renovar a escola para a Infância, no nosso país e deu continuidade a estas ideias, empenhando-se, em 1928, na criação de uma Escola Nova, portuguesa, o Bairro Escolar do Estoril, um projeto ambicioso, inspirado na então muito conhecida École des Roches (1899), do sociólogo e educador francês E. Demolins (1852-1907).

Apesar deste projeto se filiar num movimento pedagógico internacional, Ramos procuraria, mais uma vez, salvaguardar a identidade nacional, manifestada, por exemplo, na conceção arquitectónica, inspirado no modelo da —casa portuguesa, da responsabilidade do arquiteto Raúl Lino, tal como tinha acontecido com os jardins-escola.

A atenção, prestada aos aspetos do ambiente educativo e do carácter nacional da Educação, foi acompanhada por outras vertentes, igualmente inovadoras, tais como a disciplina:

A disciplina escolar tinha de ser diferente. A rigidez caseira, empregada pela rotina para obrigar as crianças ao silêncio, à compostura, ao estudo, deveria substituir-se pela arte de educar, criando-se um ambiente de simpatia que aproxima as almas e as funde

Em movimentos úteis e harmónicos. Quer isto dizer que em vez de se afirmar a disciplina na obediência passiva, era preciso afirmá-la na obediência ativa, ou mais explicitamente, na vontade aquiescente do aluno (Ramos, 1936: 5).

Em 13/8/1928, juntamente com João Soares, Virgínio Vicente da Silva e Mário Pamplona Ramos, fundou uma sociedade por cotas, chamada *Sociedade Promotora de Bairros Escolares, Lda*. Segundo os estatutos, —O objetivo principal da sociedade é a instalação e exploração de uma nova organização colegial para educação da juventude, denominado o *Bairro Escolar do Estoril*, podendo porém, explorar qualquer outro ramo de comércio ou de indústria em que os sócios acordem (Ramos, *op. cit.*: 115).

Esta designação refere um novo colégio, idealizado por Deus Ramos, diferente, em termos de inovação pedagógica, que culminaria com uma nova conceção de Escola, com três graus de Ensino: Primário, Secundário e Comercial, onde era praticada a coeducação: —Em 1930 existiam, nos três graus de ensino, 119 alunos: 79 externos- 46 do Ensino Primário, 24 do Ensino Secundário e 9 do Comercial; 40 internos-28 do Ensino primário, 9 do Secundário e 3 do Comercial (Chá-Chá, 2009: 134).

Como vemos, este novo tipo de Escola englobava o Ensino Primário, o Secundário e Comercial. Parece-nos uma continuidade dos jardins-escola ou uma concretização das ideias expostas no primeiro projeto da reforma republicana.

Já em 1913, Deus Ramos tinha falado da —necessidade de colégios de Ensino Secundário em grandes quintas, com pavilhões e bairros escolares, aproveitando-se para isso a iniciativa particular (Ramos, 1924: 27).

Ao redor dum edifício central, o qual eu desejaria que se assemelhasse o menos possível a uma caserna, reunindo a maior parte das classes e a biblioteca, imagino os pavilhões do liceu moderno. Grande novidade, mas novidade de fácil realização. Os laboratórios, aproveitando qualquer força motriz (...) A sala de ginástica, perto de um rio, ou bosque. E os alunos, reunidos em pequenos grupos viveriam à maneira de um pequeno pensionato inglês ou suíço. O pensionato generalizado sob a tutela dos professores seria o internato transformado em vida de família (Ramos, *op. cit.*: 27).

Desde a sua fundação, a 1/9/1928, até inícios de Janeiro do sétimo ano letivo (1936), para além de sócio, Ramos foi também diretor pedagógico do colégio. Apesar de algumas dificuldades iniciais, era notório o apreço social pelo colégio e o número de alunos crescia. A simpatia pelo novo colégio aumentava. Tudo fazia acreditar num êxito próximo (Ramos, 1936: 38).

No entanto, outras dificuldades foram surgindo e —dá-se inevitavelmente o desencontro de soluções e, a todo o tempo, o espírito de rivalidade (Ramos, *op. cit.*: 59).

Após sete anos de intensa dedicação, também Ramos decide abandonar, com muita mágoa, o colégio: “Um colégio que eu organizei e dirigi durante sete anos letivos e que circunstâncias imprevistas me levaram voluntariamente a deixar nas mãos de outrem” (*Idem, ibidem*: 98).

Em 1936, Deus Ramos escreveu um livro intitulado: *Era uma Vez um Colégio*, contando a *História Progressiva do Bairro Escolar do Estoril* - gerência e contas- de Setembro de 1928 a Janeiro de 1936, apresentando as razões que o levaram a deixar o projeto educativo.

Seria interessante conhecer o pensamento pedagógico do autor, praticado neste *Bairro*, mas o livro apenas apresenta os dados da gerência colegial, as contas da *Associação* e os porquês dos conflitos ou de soluções não assumidas, como uma necessidade de se justificar perante uma sociedade que depositava nela inteira confiança.

Ele próprio diz que neste livro exclui o pensamento pedagógico que inspirou a iniciativa, mas há-de ser exposto desenvolvidamente em livro à parte porque reconhece —que só historiando a questão sobre o aspeto administrativo conseguiria dar uma explicação cabal do que se passou. (Ramos, *op. cit.*: 6-7). Ramos resume a falência do projeto ao seguinte facto: “Era uma vez...uma sociedade de gente irrefletida que se abalçou a fazer um grande colégio...sem dinheiro (*Idem, ibidem*: 6-7)”.

O colégio tinha um jornal denominado *O Jornal do Bairro do Estoril*, publicado entre 23/3/1935 e 7/7/1941. O artigo de apresentação era da autoria de Deus Ramos. No tempo em que ele foi diretor, participavam nele muitos alunos do ensino liceal. Uma conclusão que podemos retirar é que, embora Ramos tivesse abandonado o Colégio em 1936, o jornal continuou atividades, não sabemos, com certeza, até quando, mas, em 1941 (data da última edição) este ainda existia (Cf. *Chá-Chá, op. cit.*:135).

Nos jardins-escola, como vimos, aplicavam-se métodos e processos em conformidade com os princípios de pedagogia e psicologia nossos contemporâneos. Sendo os jardins uma continuação da educação familiar, os professores deviam tratar as crianças com amor.

Agindo deste modo e por métodos especiais próximos da individualidade de cada aluno, tendo em conta a sua idade, a sua condição social e as suas necessidades específicas, os educadores contribuiriam para o desenvolvimento integral da criança nas diferentes dimensões: sensorial, moral, cognitiva e física.

Nesta perspetiva, surgiu o *Curso de Didáctica Pré-Primária pelo Método João de Deus*. Este curso começou a funcionar em Fevereiro de 1943, sucedendo como amplificação (...) aos cursos feitos para conhecimento e aplicação da *Cartilha Maternal*. (Jardins-Escolas João de Deus, 1956: 34) Este foi considerado por Deus Ramos, o primeiro Curso de Educadores de Infância do País, o que deu um grande impulso à educação pré-escolar e pré-primária (*Associação de Jardins-Escolas João de Deus*, 1992: 1).

Em consequência desta fundação surgiu a necessidade de atualizar o nome da *Associação* e de diferentes estatutos consentâneos com os novos objetivos. Segundo os seus novos estatutos, a *Associação de jardins-escola* pretendia:

Realizar em cada ano letivo, um Curso Semestral de Didáctica Pré-Primária para habilitação ao magistério do ensino infantil e, em especial, dos Jardins-Escolas, abrangendo aulas teóricas e práticas dos métodos a adotar, designadamente de João de Deus, sob a regência de entidades competentes e escrupulosamente escolhidas (Gomes, *op. cit.*: 96).

É importante realçar que o *Curso de Didáctica*, embora fosse mais centrado na formação de professores para os jardins-escola, não excluía a preparação de outros professores para o Ensino Infantil. Compreendemos esta realidade se tivermos em atenção que em Portugal, naquela época não havia uma instituição específica que formasse professores para o Ensino Infantil, embora em 1936, fosse criada em Coimbra, a *Escola Normal Social*, que entrou em funcionamento um ano depois (1937) com 40 alunas.

Esta Escola tinha como objetivo formar assistentes sociais, preocupando-se com a formação das suas alunas para obras de assistência materno-infantil, que num certo sentido abrangia —as funções de educadoras de infância (Gomes, *op. cit.*: 98). O *Curso de Didáctica Pré-primária* era semestral e funcionava habitualmente de Janeiro a Julho, todos os dias, exceto aos fins-de-semana, durante um período de duas horas, nas salas anexas do *Museu João de Deus* e do jardim-escola que existia junto deste, em Lisboa.

Ferreira Gomes considera esta fundação como —a primeira escola de educadoras de infância criada em Portugal.

Através dum programa criteriosamente elaborado, e que corresponde à metodologia dos Jardins-Escolas- modelo português de escola primária- pretende dar-se uma breve, mas segura base doutrinária, que sirva de complemento à preparação prática necessária às professoras desta especialidade (Jardins-Escolas João de Deus, 1956: 34).

Assim definido, o Curso era estruturado em quatro partes que constituíam por sua vez, duas partes diferentes, uma teórica e outra prática. A teórica continha as primeiras três partes: Portugal na História da Educação, Pedologia e Orgânica Escolar e a parte prática incluía: Educação sensorial, física, moral e intelectual e correspondia à Metodologia dos jardins-escola.

Já anteriormente vimos que este Curso - de aulas teóricas e práticas - devia ser orientado por professores competentes e escrupulosamente escolhidos (Chá-Chá, *op. cit.*:168). E quem eram esses professores competentes, se em Portugal, havia falta de professores preparados?

Entre dez professores, encontrava-se Deus Ramos que de 1943 a 1953, deu aulas de: Portugal na História da Educação e Orgânica Escolar (que corresponde a aulas teóricas) e Desenvolvimento do Vocabulário e Exercícios de Linguagem, (que correspondem a aulas práticas) (Cf. *Idem, ibidem*:168). Após a sua morte, Ramos foi substituído pela sua filha, Maria da Luz Carvalho (1918), exceto na disciplina: Portugal na História da Educação.

A maioria das práticas era feita diretamente nos jardins-escola, sob a forma de estágios, com uma duração variável. O *Curso de Didáctica Pré-Primária* estava —aberto a senhoras de todas as nacionalidades (Jardins-Escolas João de Deus, 1956: 34).

Para as candidatas portuguesas, as habilitações exigidas eram o curso geral dos liceus, que devia ser comprovado pela apresentação do respetivo certificado. Para além destes requisitos existia um exame de admissão e a frequência do Curso dependia da sua aprovação. Porém as candidatas que apresentassem um certificado que comprovasse habilitações superiores ao *Curso Geral dos Liceus* eram dispensadas deste exame. A idade mínima de ingresso era de 16 anos e não havia limite máximo de idade.

Entre 1943 e 1953, este curso formou, na totalidade, 416 educadoras maternas.

Se os jardins-escola corresponderam à criação de um tipo de Escola Infantil nacional, o *Curso de Didáctica Pré-primária*, fazendo transcender a sua metodologia para além das paredes dos seus edifícios, preparou o ambiente para que ficasse estabelecida em Portugal a necessidade de alargar o âmbito da Escola Pré-primária. Com efeito, só a partir do estabelecimento deste Curso, escolas deste tipo se espalharam e multiplicaram com êxito, facto que não acontecia até então, embora a Escola Infantil estivesse há muito tempo valorizada nos principais países da Europa e América.

## **A influência da Escola Nova**

No final do Século XIX e no decorrer do Século XX, na Europa e Estados Unidos da América, dão-se mudanças significativas no campo educacional que influenciaram profundamente a Educação em Portugal. Um grande movimento de renovação pedagógica, denominado “movimento das escolas novas”, aconteceu nesse período. Revelou-se muito importante na História da Educação através do direito da educação na família e na escola. Pode dizer-se que esse movimento foi resultante de toda uma mudança que já vinha a ocorrer no processo produtivo, e conseqüentemente, gerou mudanças sociais. Essas, por sua vez, exigiam a criação de um novo sistema de instrução. A sua referência histórica principal baseia-se nos princípios pedagógicos da obra de Rousseau que inaugurou uma verdadeira modernidade na educação, ao romper com os métodos tradicionais de ensinar que se baseavam no papel principal do mestre e passaram a centrar-se na criança, na sua atividade própria, nas suas necessidades e nos seus gostos e interesses.

A Escola Nova marcou todo o desenvolvimento da educação do século XX. Esteve em especial destaque nos tempos da 1ª República, perdeu fulgor no Estado Novo e ganhou nova força nos primeiros tempos da democracia do pós 25 de abril de 1974. Durante o período do Estado Novo, poderia não ter tido um papel de destaque, mas os seus precursores eram seguidos nas instituições educativas portuguesas. A exemplo disso, constata-se a influência de diversos pedagogos, constantemente evidenciados, citados, referenciados e seguidos nos discursos de criação de instituições, bem como depois, na execução das suas ideias e metodologia de trabalho. Os casos de Maria Montessori, Vygotsky e Piaget no campo da Educação de Infância, presentes sempre que se aborda o tema da Educação. No entanto, também há autores que defendem que “As Escolas Novas entraram em declínio precisamente no tempo da Ditadura Militar e primeiros anos do Estado Novo, em pleno tempo de crise do sistema liberal” (Pintassilgo, 2006:268-269).

Um dos pedagogos que referenciamos é John Dewey (1859-1952), considerado como um dos principais impulsionadores e defensores deste novo modelo de Escola. Era um filósofo e pedagogo liberal norte-americano que exerceu grande influência na Pedagogia contemporânea. Formulou uma conceção de educação fundamentada nos princípios de utilidade

do conhecimento (Pragmatismo), na aquisição do conhecimento através da liberdade de experiência (Experimentalismo) e na reflexão como elemento primordial da aprendizagem (Reflexionismo). As ideias de Dewey foram aplicadas, inicialmente, ao ensino elementar e médio, mas, depois, foram estendidas à Educação de Infância pelo seu caráter genérico, marcando, decisivamente, o movimento da Escola Nova. As suas ideias contribuíram como fundamentos à prática de Educação de Infância no começo do século XX. Dewey, denominado como o máximo teórico da escola ativa e progressista, foi considerado um dos mais importantes teóricos da educação americana e, porque não dizer, da educação contemporânea. Na sua abordagem sobre educação, considerava que o método científico deveria subsidiar o trabalho na sala de aula com as crianças, de tal maneira que o conhecimento fosse trabalhado de forma experimental desde a infância. Partia do princípio que o caminho mais viável para o aprender é o fazer, superando aquela visão de que cabia ao Professor a responsabilidade integral pelo conhecimento a ser adquirido pela criança. Para Dewey, o Professor, ao definir os objetivos, pode dimensionar um plano de ação e, conseqüentemente, prever os recursos disponíveis, as condições, os meios e os obstáculos para a sua exequibilidade. Dewey (2002: 62) refere que no que diz respeito aos objetivos, “o desenvolvimento moral da criança constituía o ideal do Jardim-de-infância, ao invés da instrução ou da disciplina: um ideal por vezes exagerado até ao sentimentalismo”. Um dos pontos culminantes das contribuições de Dewey pode ser hoje encontrado em grande número de instituições educativas. Trata-se do “método de projecto”. A sua génese encontra-se numa escola experimental da Universidade de Chicago, onde o que se desejava, com a mudança de procedimentos didáticos, era elaborar uma nova teoria experimental, através da qual melhor se definisse o papel dos impulsos da ação. Dewey defendia a continuidade educativa entre os diferentes níveis escolares. No entanto, considerava difícil essa continuidade ao referir-se a um esquema por si desenhado sobre o sistema de ensino:

A linha traçada na parte superior mostra que existe uma certa interacção entre o jardim e a Escola Primária. Contudo, na medida em que a Escola Primária permaneceu, em espírito afastada dos interesses naturais da vida da criança, esteve isolada do Jardim-de-infância, de modo que actualmente constitui um problema introduzir métodos do Jardim-de-infância na Escola Primária: o problema da chamada classe de ligação. A dificuldade reside no facto de os dois não constituírem um todo desde o princípio (Dewey 2002: 62).

Na realidade o que se passou foi o desencadeamento de novos modelos didáticos e, desde esse período, o “sistema de projectos” foi aperfeiçoado por vários discípulos de Dewey, como por exemplo Décroly (1871-1932).

Destacamos também Ovide Décroly, que desenvolveu as suas atividades junto de crianças com necessidades educativas especiais (1901). Este médico, belga, formulou uma metodologia a partir da crítica à organização tradicional do ensino, denominada – Centro de Interesse –, inicialmente destinada a alunos da escola elementar, e posteriormente aplicada com êxito em classes de Educação de Infância. A sua proposta de trabalho estava alicerçada nas atividades da individualidade e coletividade da criança, sustentada em princípios psicológicos. Primeiramente, as suas experiências foram concretizadas na sua residência, onde pôde observar, diretamente, o desenvolvimento infantil. Num momento posterior (1907) resolveu desenvolver a sua proposta educativa junto de crianças, criando uma escola em Bruxelas – *L'Ermitage*. O trabalho desenvolvido nessa escola serviu para que as autoridades belgas oficializassem o seu sistema nas escolas públicas (Gomes, 1962: 139-144). A sua preocupação, ao expor a proposta, era a de substituir o ensino formalista, baseado no estudo dos

tradicionais livros de textos, por uma educação voltada para os interesses e necessidades das crianças. O Sistema Décroly era baseado em fins e em princípios para uma nova escola, que superasse a escola tradicional. Considerando a finalidade do seu sistema pode afirmar-se que o organizou com vista a superar as deficiências do sistema educativo que vigorava na época, criando novas possibilidades educativas (Gomes, 1962: 139-144).

Décroly concluiu que o mais importante é a criança conhecer-se a si própria para depois conhecer o meio em que vive. Foi em função dessa conclusão e das características e domínios, atrás citados, que apresentou o seu programa de ideias associadas. Preocupou-se com a forma como devia ser abordado o programa que apresentou. Partia do princípio que a melhor alternativa para o fazer seria o uso da “globalização”, esta, a seu ver, só seria possível se houvesse uma mudança na dinâmica do trabalho escolar e, para isso, propôs que o ensino fosse desenvolvido através dos Centros de Interesse. Partir do interesse da criança significa respeitar o seu desenvolvimento e as suas necessidades; consiste em desenvolver uma proposta educativa que considere o seu universo real e respeite os seus desejos. A dinâmica desse trabalho vai exigir, segundo Décroly, novas estratégias para as crianças realizarem plenamente as suas atividades e, para tal, deviam-se fazer uso da Observação associada e da Expressão (Ballesteros, 1945:10-120).

A sistematização destes estudos leva à constatação, mais uma vez, da atualidade do pensamento de Décroly, estimulando-nos a procurar um aprofundamento sobre as suas contribuições para que possamos difundir a riqueza do seu pensamento.

Ao tratar a Educação, não podemos deixar de referir o nome de Édouard Claparède (1873-1940), pois desenvolveu importantes trabalhos sobre Pedagogia e Psicologia da infância. Das suas obras destaca-se: *Psicologia da criança e Pedagogia Experimental* (1905), *Educação Funcional* (1931) e *Moral e Política* (1940), por prestarem um enorme contributo ao desenvolvimento da educação. Marques (2001:168) considera que “Claparède contribui, como poucos, para o desenvolvimento de uma Pedagogia centrada na criança, baseada no jogo e na actividade lúdica”, onde o Professor devia ser um estimulador dos interesses e das necessidades intelectuais da criança. Para Claparède a inteligência é uma forma de adaptação só necessária quando faltam instrumentos mais rudimentares: os instintos e os hábitos; é, assim, que a adaptação e a capacidade para resolver os problemas podem surgir ao indivíduo sob forma empírica ou racional. Chamou a atenção para que se conheça a criança a educar e se mobilize toda a sua atividade, inculcando-lhe, simultaneamente, amor ao trabalho (Claparède, 1931). Esta noção de Educação, tal como as conceções de Dewey, alterou a relação pedagógica da escola tradicional. Defendia uma “escola por medida”, uma escola adaptada às necessidades das crianças, para melhor poderem desenvolver as suas capacidades.

Adolphe Ferrière (1879-1960) considerava a educação fundada na ciência e no bom senso como a melhor forma para se renovar a humanidade.

Outro pedagogo que prestou enormes contributos à educação foi Celestin Freinet (1897-1966). A sua maior preocupação estava voltada para a renovação do Ensino Primário público. Foi considerado um Educador revolucionário; o cultivo do aspeto social, na educação, foi um dos grandes feitos desse Educador francês, Professor Primário, socialista, pacifista; acreditava mais no que acontecia na sala de aula, no contacto direto com os seus alunos, do que nos maiores compêndios sobre educação ou nas mais importantes conferências em congressos internacionais em que tomava parte. Partindo de uma análise crítica do sistema de ensino francês, fez uma denúncia da escola capitalista, da sua incapacidade de atender aos verdadeiros interesses do povo.

Freinet foi um autodidata, procurando soluções para os problemas que iam surgindo no quotidiano da sua sala de atividades com crianças. Lia muito e manteve-se aberto a todas as experiências pedagógicas da sua época. Defendia a ideia de que os Educadores experimentassem os diferentes métodos, não como adeptos ofuscados, mas como Educadores que estivessem decididos a extrair deles tudo que continham de válido (Freinet, 1969:39-43). Freinet desenvolveu com os seus alunos novas técnicas educacionais, a saber: a aula-passeio, a imprensa escolar, o texto livre, o livro da vida, a livre expressão, a correspondência interescolar, o jornal escolar, a cooperativa escolar, entre outros. Estas técnicas faziam sentido num contexto de atividades significativas que possibilitassem às crianças sentirem-se sujeitos do processo de aquisição de conhecimentos. Juntamente com outros Professores criou uma cooperativa para divulgar o trabalho realizado e para uma melhor formação dos Professores. Este movimento existe hoje em várias localidades do mundo (Freinet, 1969:48-61).

Destacamos também Lev Semenovich Vygotsky (1896-1934) que ao preocupar-se com o desenvolvimento cultural da humanidade, levou a envolver-se com a educação e a elaborar alguns estudos que lhe permitiram compreender o comportamento humano; “a necessidade do estudo da criança reside no facto de ela estar no centro da pré-história do desenvolvimento cultural devido ao surgimento do uso do instrumento da fala” (Rego, 1995:25). Vygotsky dedicou-se ao estudo da Pedologia – ciência da criança - voltada para o estudo do desenvolvimento humano, articulando os aspetos psicológicos, antropológicos e biológicos. O caminho trilhado baseou-se sempre nas contribuições de Carl Marx e procurou compreender o homem em constantes processos de interação social. As suas preocupações foram direcionadas para o entendimento das origens sociais e das bases culturais do desenvolvimento individual, tendo como pressuposto fundamental que “Tais processos psicológicos superiores se desenvolvem nas crianças por meio da imersão cultural nas práticas das sociedades, pela aquisição dos símbolos e instrumentos tecnológicos da sociedade e pela educação em todas as suas formas” (Moll, 1996: 3).

Os postulados básicos de Vygotsky dão destaque à mudança em quatro níveis históricos: - filogénico – desenvolvimento das espécies; - histórico – história dos seres humanos; - Ontogénico – história individual das crianças; - micro genético; - desenvolvimento de processos psicológicos particulares. Estes níveis foram tidos em conta por ele e pelos seus colaboradores, na proposição das suas teorias, na escola sócio histórica. Aplicá-los ao problema do desenvolvimento cognitivo e da escolarização formal, permite compreendê-los de forma mais aprofundada.

Há que destacar, também, no que refere à relação entre desenvolvimento e aprendizagem, a contribuição deixada a respeito da “zona de desenvolvimento proximal”. Para Vygotsky, o desenvolvimento e aprendizagem são processos interativos. No entanto, cabe ao processo de aprendizagem, realizado num contexto social específico, possibilitar o processo de desenvolvimento; “a aprendizagem pressupõe uma Natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que as cercam” (Vygotsky, 1994:99).

Um forte influenciador de toda a educação em Portugal foi Jerome Bruner (2001) devido aos importantes estudos que desenvolveu no campo da educação e nas teorias de desenvolvimento da criança. A teoria de instrumentalismo evolucionista que fomentou baseia-se no instrumentalismo evolucionista, uma vez que ele defendeu que o homem depende das técnicas à sua volta para o seu desenvolvimento natural. Bruner coloca a maturação e a interação do indivíduo com o ambiente no centro do processo do seu desenvolvimento e formação. Incorpora, de uma forma coerente, as contribuições maturacionistas de Gesell e os contributos ambientalistas que levam a que a criança

organize diferentes modos de representação da realidade ao utilizar as técnicas que a cultura em redor lhe transmite. O cunho desenvolvimentista da sua teoria mantém-se graças à tónica que assenta na capacidade que cada pessoa tem de se autorregular. Bruner sustenta ainda que o desenvolvimento cognitivo da criança será tanto mais célere quanto melhor for o seu acesso a um meio cultural mais rico e estimulador. Para ele, a linguagem tem um papel ampliador das competências cognitivas da criança, ajudando-a a uma maior interação com o meio cultural envolvente (Bruner, 2001). Para este autor, o crescimento cognitivo da criança procede da utilização de técnicas de elaboração da informação, com o objetivo de codificar a experiência, tendo em conta os vários sistemas de representação ao seu dispor. No seu entender, o desenvolvimento cognitivo da criança está dividido em três etapas: a primeira etapa é até aos três anos de idade, a criança está nos estádios das respostas motoras. Neste período a criança faz representações de acontecimentos do passado através de respostas motoras apropriadas e privilegia a ação como forma de representação da realidade, por isso defende que a criança aprende através da manipulação de objetos e age com base em mecanismos de reflexos simples e condicionados até atingir os automatismos normais. A segunda etapa, dos três aos nove anos de idade, a criança está no estádio da representação icónica. Esta etapa baseia-se no uso de imagens sinópticas, na organização de perceções de imagens e na organização visual. A criança apesar de conseguir reproduzir objetos está dependente de uma memória visual, concreta e específica. A terceira etapa é a partir dos dez anos de idade, onde a criança se encontra no estádio da representação simbólica. Nesta fase, a criança consegue representar a realidade através de uma linguagem simbólica, de caráter abstrato e sem uma dependência direta da realidade. Consegue manejar os símbolos em ordem não só a fazer a sua leitura mas também a transformar a realidade. Bruner defende que a passagem da criança por cada uma destas etapas pode ser mais rápida através da inserção da criança num meio cultural e linguístico rico e estimulante.

Outro grande autor que nos deixou importantes contributos para a Educação de Infância foi Jean Piaget (1896-1980). Estudou a evolução do pensamento até à adolescência, procurando entender os mecanismos mentais que o indivíduo utiliza para captar o mundo. Como epistemólogo, investigou o processo de construção do conhecimento, sendo que nos últimos anos da sua vida centrou os seus estudos no pensamento lógico-matemático. Sempre esteve preocupado em investigar como se dava a construção do conhecimento no campo social, afetivo, bio fisiológico e cognitivo, mais especificamente, saber qual é a sua génese, os seus instrumentos de apropriação e em como se constituem, sendo as crianças o seu objeto de investigação, para a construção do conhecimento científico (Piaget, 1983). A aplicação da sua teoria no campo pedagógico não foi o seu objetivo principal. Este voltava-se para o campo epistemológico,

Estou convencido de que os nossos trabalhos podem prestar serviços à educação, na medida em que vão além de uma teoria do aprendizado e permitem vislumbrar outros métodos de aquisição de conhecimentos. Isso é essencial. Mas como não sou pedagogo, não posso dar nenhum conselho aos Educadores. A única coisa que posso fazer é fornecer fatos. Além do mais, considero que os Educadores estão em condições de encontrar por si mesmos novos métodos pedagógicos (Piaget, 1983:3).

Foi a partir destas investigações, que elaborou a sua “epistemologia genética”. Tratou-se pois de constatar, experimentalmente, como se processa a aquisição do conhecimento, evidenciando que esses conhecimentos são mutáveis ao longo de todas

as fases da vida humana. Para a realização de tal feito, Piaget desenvolveu longos estudos e pesquisas nos mais diversos campos do saber. Como contributo para a Educação de Infância, destacam-se ainda, vários aspetos relevantes, de entre eles a construção do real, a construção das noções de tempo e espaço e a génese das operações lógicas. A obra de Piaget revela-se inovadora no seu tempo ao contrário da corrente maturacionista (defende a determinação genética das mudanças de desenvolvimento e da sua sequência). Piaget sustenta que o processo de desenvolvimento humano depende da maturação biológica da criança e da interação que estabelece entre ele e o meio físico e social que o rodeiam. A criança desempenha um importante papel na construção do seu próprio conhecimento, pois é na sua interação com o meio que a rodeia que constrói o significado sobre a sua experiência. Esta interação resulta em formas de pensar a realidade física e social à sua volta. Este processo constitui a essência da sua visão construtivista acerca do desenvolvimento (Lourenço, 1994, 1997), Flavell, 1991). A teoria de Piaget sobre o desenvolvimento moral também foi importante e constitui, ainda hoje, uma referência teórica importante. Destaca tanto o papel ativo da criança na construção de formas mais complexas de pensamento e de conduta moral, como a importância da interação social nessa construção. Piaget (1983) refere que toda a moral consiste num sistema de regras e a essência de qualquer moralidade está no respeito que a criança adquire face a estas regras que a conduzem à tão desejada autonomia moral numa fase mais avançada. Mas o seu maior contributo foi a apresentação dos seus Estádios de desenvolvimento cognitivo da criança que descrevem as características desenvolvimentais desde o nascimento até ao final da adolescência. À medida que as estruturas cognitivas da criança se transformam, verificam-se mudanças importantes no seu comportamento na interação que estabelece com o mundo físico e social que a rodeia.

## **Conclusão**

A Educação das crianças tem o seu espaço próprio na sociedade. Desde que há homens, eles ocuparam-se e preocuparam-se com a educação dos seus filhos. Desde os tempos mais recuados, filósofos e pedagogos – como Platão e Coménio – chamaram a atenção para a importância da educação das crianças até aos sete anos de idade. Diversos autores se referiram à Educação de Infância desde a antiguidade de Esparta e Atenas passando pelo Renascimento, Iluminismo até à atualidade.

A Educação em Portugal sofreu grandes alterações ao longo dos tempos, percorreu as mesmas etapas que outros Países da Europa, embora com significativo atraso no que concerne ao calendário e ao número de estabelecimentos. Durante o regime Monárquico teve algum desenvolvimento, foram publicadas algumas medidas legislativas, era vista como forma de dar resposta às carências sociais das crianças. No período da 1ª República foi refletida, discutida e amplamente organizada e legislada mas com diminutas realizações práticas. Era vista como uma forma de ascensão e igualdade social para todas as crianças e a criação de um homem novo. No período da ditadura Militar continuou a ser preocupação para os governantes, reconhecendo-lhe as suas vantagens. Com o Estado Novo estagnou, sendo mesmo extinta a rede pública em 1937. Era prioritária a Escola Primária. Ganhou relevo a forte doutrina imposta, de que as crianças deveriam permanecer em casa com as mães até aos seis anos de idade. A educação era usada como doutrinação, como forma de propaganda das ideias do regime, devendo a instrução do povo restringir-se às noções mais básicas. A partir dos anos de 1950 começa a surgir a ideia que muitas famílias não dão resposta às necessidades das crianças e estas estariam melhor em instituições educativas devidamente preparadas com material e pessoal especializado. A educação de Infância ganhou apenas algum fulgor nos últimos anos do

regime do Estado Novo com o Ministro Veiga Simão (1973) que a incluiu no sistema educativo português. Após 1974, a situação mudou e melhorou através da criação da rede pública de Educação Pré-Escolar em 1977 e os estatutos dos Jardins-de-infância em 1979. Até 1974 um período de um regime autoritário e corporativista que não apoiava a Educação pré-escolar, seguido de uma democracia de grande valorização social e apoiante do desenvolvimento da educação pré-escolar pública e privada.

### Referências Bibliográficas:

associação de escolas móveis pelo método João de Deus (1992). *O que é a associação de jardins-Escolas João de Deus*. Lisboa. Arquivo do Museu João de Deus;

ballesteros, antónio (1945). *El método Décroly*. Buenos Aires: Losada;

bruner, jerome (2001) *A Cultura da Educação*. Lisboa: Artmed. Edições 70;

carvalho, rómulo de (1986). *História do Ensino em Portugal: desde a Fundação da Nacionalidade até ao Regime de Salazar-Caetano*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. 1.<sup>a</sup> edição.

chá-chá, cecília varela (2009). *João de Deus, dois pedagogos, uma obra*. Lisboa. Roma Editora.

dewey, john (2002). *A escola e a sociedade. A criança e o currículo*. Lisboa: Relógios d'Água;

flavell, j. (1991). *El desarrollo cognitivo*. Madrid: Aprendizage Visor;

freinet, celestin ( 1969). *Para uma escola do povo*. Lisboa: Editorial Presença;

gomes, j. Ferreira (1962). *A “L'École de l'Ermitage” de Ovidio Décroly*. Lisboa;

gomes, joaquim ferreira (1977). *A educação infantil em Portugal*. Coimbra. Livraria Almedina.

loureço, o. (1994). *Além de Piaget? Sim, mas devagar!...* Coimbra: Livraria Almedina;

moll, luís c. (1996). *Vygotsky e a Educação*. Porto Alegre: Artes Médicas;

nóvoa, antónio (Dir.) (2003). *Dicionário de educadores portugueses*. Porto. Edições ASA.

piaget, jean (1983). *A epistemologia genética*. São Paulo: Abril cultural;

- pintassilgo, joaquim (Org.) (2006). *História da Escola em Portugal e no Brasil. Circulação e apropriação de modelos culturais*. Lisboa: Edições Colibri;
- ramos, João de Deus (1902). *Opúsculos Pedagógicos-I, Os Altos Princípios do Método João de Deus*. Coimbra. Imprensa da Universidade.
- ramos, João de Deus (1924). *O estado mestre-escola e a necessidade das escolas primárias superiores*. Lisboa. Sociedade Editorial Portugal –Brasil.
- ramos, João de Deus (1940). *A criança em Portugal antes da escola primária*. Lisboa. Bertrand (Irmãos), Lda.
- raposo, Nicolau de Almeida Vasconcelos (1985). *Alguns aspectos da obra de João de Deus Ramos*. Lisboa. Ramos Afonso e Moita Lda. 1.ª edição.
- rodrigues, Ália e Martins, Ana (2010). *1.º jardim escola João de Deus. O 1.º dos centenários-1911-2011*. Coimbra. Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- vygotsky, i.s. (1994). *Obras Escogidas Vls. I, II, III*. Madrid: Visor;